aparecida NOTÍCIAS

JORNAL DIGITAL DO DIA
Segunda-feira, 23 de novembro de 2026
Jornal do dia nº 005 · Aparecida de Goiânia · Gratuito, compartilhe

NESTA EDIÇÃO Manchete · p. 2 Política · p. 4 Política · p. 5 Cidade · p. 6 Fala Aparecida · p. 7 Policial · p. 8 Política · p. 9 Geral · p. 10



PROJETO

Governo Lula avalia enviar projeto próprio para limitar supersalários na administração pública

O objetivo da medida é extinguir os chamados supersalários, que chegam a ultrapassar os R$ 100 mil mensais turbinados por penduricalhos pagos fora do limite.

LEIA COMPLETA NA PÁGINA 2

Aponte a câmera e leia no site



POLÍTICA · 'PROIBIDO DE INVESTIGAR'

Flávio diz não ter provas de fraude eleitoral: “Proibido de investigar”

Senador que fugiu do Brasil rumo aos Estados Unidos afirmou que "ninguém tem como abrir...

PÁGINA 4



POLÍTICA · BOLETIM MÉDICO

Bolsonaro está clinicamente estável e segue em UTI, diz boletim médico

Ex-presidente está internado em unidade de terapia intensiva com o diagnóstico de abdômen agudo...

PÁGINA 5

MAIS NOTÍCIAS



CIDADE
Governo abre seleção com 810 vagas em cursos técnicos gratuitos para 2027
PÁGINA 6



FALA APARECIDA
Após denúncia no Fala Aparecida, Prefeitura realiza melhorias na Avenida Marechal...
PÁGINA 7



POLICIAL
Polícia Civil prende investigado por estupro de idosa de 83 anos com mobilidade...
PÁGINA 8



POLÍTICA
Lula assina regulamentação da escala 5×2; medida começa a valer em...
PÁGINA 9

VAGAS DE EMPREGO

Veja as vagas de emprego abertas em Aparecida de Goiânia e região, atualizadas todos os dias no site.

Tem vaga para divulgar? É grátis · WhatsApp (62) 99132-0400

Ver todas as vagas

ANÚNCIO



MANCHETE

PROJETO

Governo Lula avalia enviar projeto próprio para limitar supersalários na administração pública

O objetivo da medida é extinguir os chamados supersalários, que chegam a ultrapassar os R$ 100 mil mensais turbinados por penduricalhos pagos fora do limite.

Por Ludmilla Ruffo · 23/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Reprodução

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avalia enviar um projeto de iniciativa do Poder Executivo para regulamentar o teto remuneratório do funcionalismo, hoje em R$ 46.366,19 mensais. O objetivo da medida é extinguir os chamados supersalários, que chegam a ultrapassar os R$ 100 mil mensais turbinados por penduricalhos pagos fora do limite.

O problema é mais difundido no Judiciário e no Legislativo, e o Executivo considera fundamental enfrentar o tema para corrigir as distorções, sobretudo num momento em que o governo é cobrado por medidas de ajuste nas contas públicas.

Tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados já se debruçaram sobre o tema, mas a área técnica do governo entende que nenhum dos textos aprovados pelas Casas —e ainda em tramitação— é apropriado para disciplinar a questão. Enquanto um deles excluiu inclusive verbas que de fato seriam indenizatórias e precisariam ficar fora do teto, o outro afrouxou excessivamente os controles —o que pode abrir caminho para a manutenção ou mesmo ampliação de penduricalhos.

Como um dos projetos está em fase final de tramitação no Senado, a avaliação é a de que o governo teria quase nenhuma brecha para melhorar a redação. Por isso, os órgãos envolvidos na discussão defendem a apresentação de um novo texto. A expectativa é fechar uma proposta com a Casa Civil nos próximos dias para apresentar ao presidente Lula, que baterá o martelo.

A discussão sobre o fim dos supersalários deve ser mandatória para o Congresso no início do ano que vem, dado o prazo de 60 dias fixado no projeto de ajuste recém aprovado pelo Senado e que agora passará pela Câmara. O texto foi batizado de “plano Moretti”, em referência ao ministro Bruno Moretti (Planejamento e Orçamento), seu principal articulador.

Em 2024, o governo Lula conseguiu mudar a Constituição para prever que as parcelas excluídas do teto remuneratório serão “expressamente previstas” em lei de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos autônomos de todos os entes da federação. É uma tentativa de coibir práticas atuais, como decisões administrativas de órgãos públicos que aprovam verbas extras fora do limite para seus próprios servidores.

ANÚNCIO



Até hoje, porém, essa lei não foi aprovada. Por isso, o governo incluiu no "plano Moretti" o prazo para que o Congresso aprecie o projeto que dará origem a essa lei nacional. É uma forma de tentar induzir o Legislativo a retomar o debate, que enfrenta lobbies poderosos de associações de servidores das carreiras que se beneficiam de verbas extratexto.

O prazo inicial proposto pela equipe econômica era de 120 dias. Durante a votação, o governo concordou em acatar uma emenda do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), reduzindo-o para 60 dias.

O texto prevê ainda a criação de um demonstrativo na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) para dar transparência e publicidade à redução dos valores. A equipe econômica calcula uma economia de R$ 2 bilhões a R$ 3 bilhões anuais com o fim dos penduricalhos —o documento também precisará detalhar a destinação dessa verba.

A versão inicial da proposta previa direcionar os recursos a ações de segurança pública ou poupá-los para ajudar no esforço de equilíbrio das contas, por meio da redução dos limites de gastos autorizados pela regra do arcabouço fiscal.

Nesse ponto, porém, o governo esbarrou num obstáculo jurídico. Como a maior parte dos supersalários está nos demais Poderes, manter essa destinação implicaria na transferência de valores e limites do Legislativo, do Judiciário e do Ministério Público para o Executivo, já que ele é o responsável pelas políticas de segurança.

Moretti disse à Folha que a consultoria do Senado entendeu que havia um risco alto de inconstitucionalidade da medida, dada a autonomia orçamentária e financeira dos Poderes e órgãos autônomos, assegurada pela Constituição Federal.

Por causa disso, o texto aprovado no Senado diz que os recursos poupados com a regulamentação do teto remuneratório permanecerão à disposição do respectivo Poder ou órgão e serão destinados "à reestruturação e recomposição dos quadros" —ou seja, poderão bancar reajustes e novas contratações. O artigo também vedou expressamente o remanejamento do dinheiro para outros órgãos.

A mudança foi criticada por coalizão de entidades da sociedade civil contra os supersalários. A nota foi assinada por CLP (Centro de Liderança Pública), Transparência Brasil, Transparência Internacional Brasil, Fiquem Sabendo, República.org, Livres e Movimento Pessoas à Frente.

Nas redes sociais, a República.org criticou a alteração, afirmando que "o ajuste que virou reajuste". "Cortar supersalários não basta. O dinheiro economizado precisa voltar para a população, e não continuar blindado nos órgãos que pagam esses privilégios", disse a entidade.

Para o governo, apesar do obstáculo jurídico, a aprovação da lei para regulamentar o teto remuneratório segue sendo fundamental. A medida é apontada como uma questão de justiça entre os servidores e também perante a população.

Neste ano, o STF (Supremo Tribunal Federal) entrou no debate e, inicialmente, suspendeu alguns dos penduricalhos. A decisão final, porém, frustrou governos e organizações, pois autorizou verbas extras em até 70% do teto remuneratório, o que na prática legalizou pagamentos de até R$ 78,8 mil mensais.

Além disso, a Corte ainda recriou um benefício extinto havia 20 anos no âmbito da União: o chamado quinquênio, que concede um adicional remuneratório a juízes e procuradores a cada cinco anos de exercício. A parcela havia sido abolida por uma emenda à Constituição aprovada pelo Congresso no fim de 2003, mas a tese chancelada por unanimidade pelo Supremo reintroduziu o adicional.

Com base nessa decisão, Justiça Federal e Ministério Público chegaram a pedir ao Executivo um crédito extraordinário de R$ 533 milhões para pagar esse penduricalho extra fora do teto de gastos e sem precisar remanejar recursos de seus próprios orçamentos.

A questão foi levada ao STF pela AGU (Advocacia-Geral da União). Após repercussão negativa, o CJF (Conselho da Justiça Federal) desistiu de sua parcela (R$ 209 milhões). Já a PGR (Procuradoria-Geral da República) manteve o pleito de R$ 324 milhões. O caso aguarda julgamento.

Além da iniciativa do Executivo para limitar os supersalários, já há outros projetos em tramitação no Legislativo. Um deles foi apresentado em 2025 pelos deputados Tabata Amaral (PSB-SP), Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e Camila Jara (PT-MS).

Outro de 2025 foi protocolado na Câmara por Lindbergh Farias (PT-RJ), Pedro Uczai (PT-SC) e Juliana Cardoso (PT-SP). Há ainda um texto proposto pelo deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) em 2024. A tendência do governo, porém, é dar preferência a um texto de sua própria autoria para posterior negociação com o Legislativo e o Judiciário.

Projetos de lei para limitar supersalários

PL 2721/2021

Tramitou no Senado por meio do PLS 449/2016, sendo aprovado no fim daquele ano. Texto listava 19 exceções ao teto remuneratório, mas restringiu parcelas que o governo avalia que deveriam ficar fora do limite. Na Câmara, lista foi expandida para 32 exceções, o que acabaria legalizando penduricalhos que o Executivo prefere combater. Projeto foi aprovado em 2021 e retornou ao Senado.

Versão final tramita, desde 2023, sob a relatoria do senador Eduardo Gomes (PL-TO), mas segue sem parecer. Neste estágio, as mudanças são limitadas: senadores podem apenas validar texto da Câmara ou retomar a versão inicial aprovada pelo Senado. Nenhuma opção é considerada satisfatória pelo governo.

PL 3328/2025

Proposta de autoria dos deputados Tabata Amaral (PSB-SP), Dorinaldo Malafaia (PDT-AP) e Camila Jara (PT-MS). O texto lista oito tipos de exceção ao teto remuneratório, com limites e exigências de comprovação, e tem maior apoio de especialistas.

A esse projeto foi apensado o PL 3401/2021, de autoria do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) e outros parlamentares do PT. Os dois tramitam em conjunto com outros quatro projetos protocolados em 2024, sendo um deles de autoria do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).

Proposta do Executivo

Em discussão dentro do governo, com participação do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos) e da Casa Civil. Ainda será levado ao presidente da República.

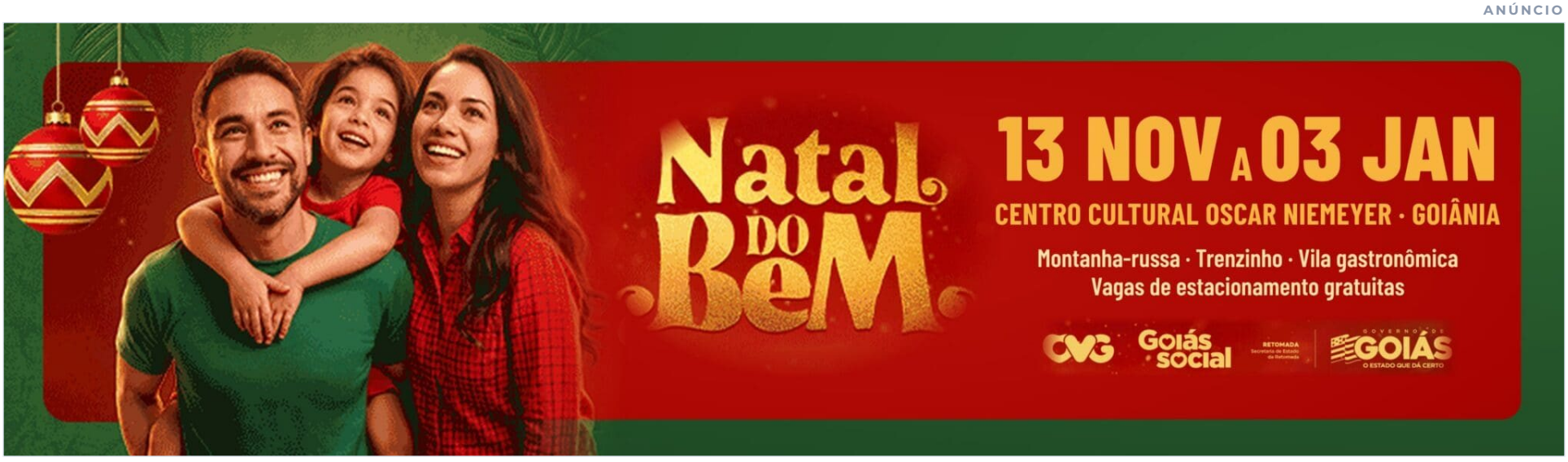
Via Folhapress

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

Receba as notícias no WhatsApp · aparecidanoticias.com.br · @aparecidanoticias

ANÚNCIO



POLÍTICA

'PROIBIDO DE INVESTIGAR'

Flávio diz não ter provas de fraude eleitoral: “Proibido de investigar”

Senador que fugiu do Brasil rumo aos Estados Unidos afirmou que "ninguém tem como abrir auditoria" no Tribunal Superior Eleitoral para pedir recontagem de votos

Por Ludmilla Ruffo · 23/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Reprodução

De acordo Flávio, a suposta fraude eleitoral é um assunto "proibido de investigar".

"Eu não tenho provas porque eu sou proibido de investigar. As eleições na Venezuela também foram reconhecidas lá atrás, mesmo todo mundo sabendo que as eleições foram fraudadas", afirmou.

Ele argumenta que só "foi possível provar que houve fraude [na Venezuela] porque eles adotaram nas últimas eleições um sistema" que, segundo Flávio, foi pedido por ele próprio e por seus aliados.

"É a votação eletrônica com a impressão individual dos votos, garantindo que esse sigilo do voto fosse respeitado e assim poderia haver uma recontagem dos votos. (...) O que está acontecendo no Brasil é que os técnicos, que são ali da tecnologia e estão ali há vários anos já e que são, sim, suspeitos de estarem ali. O que eles dizem vira verdade, ninguém tem como fazer uma auditoria lá", acrescentou.

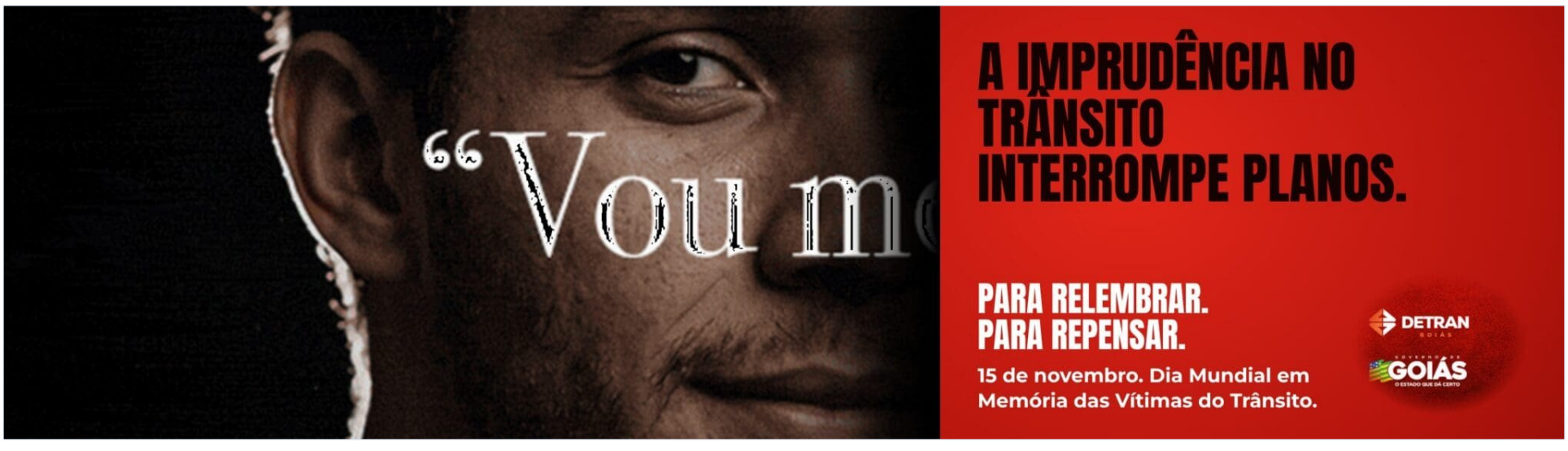
Após o resultado da eleição no segundo turno, ocorrido em 25 de outubro, aliados do próprio Flávio reconheceram a vitória de Lula. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse, no entanto, que a bancada do partido seguirá "acompanhando os fatos e buscando respostas com responsabilidade, transparência e respeito às instituições".

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

Receba as notícias de Aparecida no WhatsApp
Entre no canal pelo código ao lado · aparecidanoticias.com.br · @aparecidanoticias

ANÚNCIO



POLÍTICA

BOLETIM MÉDICO

Bolsonaro está clinicamente estável e segue em UTI, diz boletim médico

Ex-presidente está internado em unidade de terapia intensiva com o diagnóstico de abdômen agudo obstrutivo.

Por Ludmilla Ruffo · 22/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Reprodução

O ex-presidente Jair Bolsonaro está clinicamente estável, informou o Hospital DF Star na tarde deste domingo (22). Bolsonaro está internado na unidade de terapia intensiva (UTI), com diagnóstico de abdômen agudo obstrutivo. Segundo o boletim médico, não há previsão de alta.

O informe diz, ainda, que Jair Bolsonaro mantém "tratamento clínico, jejum e suporte nutricional".

O boletim médico é assinado pelos médicos Brasil Caiado (cardiologista), Leandro Echenique (cardiologista), Claudio Birolini (cirurgião do aparelho digestivo), Antonio Aurélio Fagundes Junior (coordenador da UTI Geral) e Allisson Barcelos Borges (diretor-geral do hospital).

Atualmente, Bolsonaro cumpre uma pena de 27 anos e 3 meses de prisão após ser condenado por tentativa de golpe de Estado. Desde 24 de março deste ano ele está em prisão domiciliar humanitária, autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde que começou a cumprir a pena, em novembro de 2025, Bolsonaro esteve internado no hospital DF Star diversas vezes.

Neste sábado, Moraes atendeu a um pedido da defesa e autorizou que três filhos de Jair Bolsonaro — Carlos, Jair Renan e a filha menor de idade — possam visitá-lo diariamente enquanto durar sua internação.

Na decisão, Moraes ressaltou que as visitas precisam seguir as regras internas do hospital e que está proibida a entrada de "celulares, câmeras ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos que possam registrar imagens ou áudios.

Veja a íntegra do boletim médico:

Brasília, 22 de novembro de 2026 – O hospital DF Star informa que o expresidente da república Jair Messias Bolsonaro encontra-se internado em unidade de terapia intensiva com o diagnóstico de abdômen agudo obstrutivo. Paciente apresenta-se clinicamente estável, mantendo tratamento clínico, jejum e suporte nutricional. Segue sem previsão de alta hospitalar.

Dr. Brasil Caiado - Cardiologista

Dr. Leandro Echenique - Cardiologista

Dr. Claudio Birolini - Cirurgião do Aparelho Digestivo

Dr. Antônio Aurélio Fagundes Júnior - Coordenador da UTI Geral

Dr. Allisson B. Barcelos Borges – Diretor-Geral

Via G1

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI

Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia

WhatsApp (62) 99132-0400

aparecidanoticias.com.br/anuncie

Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px

Mídia Kit e contato

CIDADE

CURSOSO TÉCNICOS

Governo abre seleção com 810 vagas em cursos técnicos gratuitos para 2027

Cursos técnicos gratuitos incluem áreas de Enfermagem, Recursos Humanos, Saúde Bucal, Finanças, Agricultura e Segurança do Trabalho

Por Ludmilla Ruffo · 23/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Divulgação

A Secretaria de Estado da Retomada e o Colégio Tecnológico do Estado de Goiás (Cotec) abrem nesta segunda-feira (23/11) as inscrições para o Processo Seletivo dos Cursos Técnicos 2027. Ao todo, serão ofertadas 810 vagas gratuitas, distribuídas entre unidades de Catalão, Goiânia, Goianésia, Goiatuba e Porangatu, com oportunidades em diferentes áreas de formação profissional.

As inscrições poderão ser realizadas até o dia 3 de janeiro de 2027. Não haverá aplicação de prova, e a classificação dos candidatos será feita com base nas notas do histórico escolar, do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ou do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Cursos técnicos gratuitos para 2027

As vagas são distribuídas entre cursos técnicos em:

- Finanças;
- Agricultura;
- Segurança do Trabalho;
- Enfermagem;
- Recursos Humanos;
- Saúde Bucal.

Em Catalão, serão ofertadas turmas de Finanças, Agricultura e Segurança do Trabalho, todas no período noturno. Já em Goiânia, as oportunidades são para Enfermagem, nos períodos matutino e vespertino, e Segurança do Trabalho, pela manhã e à noite.

Em Goianésia, haverá vagas para Recursos Humanos e Segurança do Trabalho, nos turnos matutino e noturno. Goiatuba contará com o curso técnico em Enfermagem, nos períodos matutino e noturno. Em Porangatu, serão ofertadas turmas de Enfermagem, Saúde Bucal e Segurança do Trabalho, também nos períodos matutino e noturno.

O processo seletivo prevê critérios de pontuação que valorizam a trajetória educacional dos candidatos. Quem já realizou cursos no Cotec na mesma área de formação pretendida poderá receber pontuação adicional. Além disso, 60% das vagas serão destinadas prioritariamente a candidatos oriundos de escolas públicas, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (PcD), conforme os critérios estabelecidos no edital.

Para participar, é necessário estar cursando ou já ter concluído o ensino médio e residir no estado de Goiás. Todas as formações são gratuitas, ampliando as oportunidades de acesso à educação profissional e à preparação para o mercado de trabalho.

O resultado final está previsto para 19 de janeiro de 2027. Os aprovados deverão realizar a matrícula presencialmente na unidade escolhida, dos dias 20 a 26 de janeiro. As aulas começam no dia 15 de fevereiro.

Os interessados em participar do processo seletivo devem acessar o site oficial do colégio: cotec.go.gov.br, desta segunda-feira (23/11) até 03 de janeiro de 2027, para realizar a inscrição e consultar as informações e orientações disponíveis no edital.

Fim da matéria

ANÚNCIO



Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

FALA APARECIDA

Após denúncia no Fala Aparecida, Prefeitura realiza melhorias na Avenida Marechal Rondon

'Vocês fizeram um ótimo trabalho muito agradecido'

Por Ludmilla Ruffo · 21/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Divulgação Fala Aparecida

Ver esse post no Instagram Um post compartilhado por Aparecida Notícias (@aparecidanoticias)

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

Veja as outras do Fala Aparecida
Todas as reclamações dos leitores no site.

Receba as notícias de Aparecida no WhatsApp
Entre no canal pelo código ao lado · aparecidanoticias.com.br · @aparecidanoticias

ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI
Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia
WhatsApp (62) 99132-0400
aparecidanoticias.com.br/anuncie
Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px

Mídia Kit e contato

POLICIAL

INVESTIGADO

Polícia Civil prende investigado por estupro de idosa de 83 anos com mobilidade limitada

Durante as diligências, os policiais apuraram as circunstâncias do caso e identificaram indícios de outros crimes sexuais atribuídos ao investigado, que seguem sob investigação

Por Ludmilla Ruffo · 22/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Divulgação Policia Civil

A Polícia Civil de Goiás, por meio da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) de Rio Verde - 8ª DRP, cumpriu mandado de prisão preventiva nessa sexta-feira (20) contra um homem, de 38 anos, suspeito de estupro de vulnerável. O crime ocorreu na zona rural de Rio Verde e teve como vítima uma idosa, de 83 anos, com força física reduzida e mobilidade limitada.

Durante as diligências, os policiais apuraram as circunstâncias do caso e identificaram indícios de outros crimes sexuais atribuídos ao investigado, que seguem sob investigação.

Diante da gravidade dos fatos, a autoridade policial representou pela prisão preventiva. O suspeito foi localizado e preso em uma residência no distrito de Santa Cruz das Lages, no município de Santo Antônio da Barra (GO).

O detido já possui condenações anteriores por roubo e permanece à disposição da Justiça. A Deam dará continuidade às investigações para esclarecer todos os indícios de crimes sexuais envolvendo o investigado.

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

Receba as notícias de Aparecida no WhatsApp
Notícias de Aparecida na palma da mão
Vagas de emprego, serviços e alertas
De graça e sem spam, direto no celular
aparecidanoticias.com.br · @aparecidanoticias
Aponte a câmera do celular

ANÚNCIO



POLÍTICA

ESCALA 5X2

Lula assina regulamentação da escala 5×2; medida começa a valer em dezembro

Nova jornada prevê dois dias de folga por semana e redução da carga horária sem corte salarial. Novas regras ainda serão julgadas no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por Ludmilla Ruffo · 20/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Reprodução

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou, nesta quinta-feira (19), o decreto que regulamenta o fim da escala 6x1 (seis dias de trabalho para um de folga). O texto, já publicado em edição extra do Diário Oficial, traz as regras para transição do regime atual para a jornada 5x2.

A mudança nas regras trabalhistas foi aprovada em formato de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pelo Congresso, em 14 de outubro.

Esta é a primeira redução geral da jornada de trabalho em 38 anos, desde a Constituição de 1988, quando o limite semanal caiu de 48 para 44 horas.

Desde então, o Ministério do Trabalho se debruçou para estruturar o documento com as normas de transição entre as jornadas.

"O que nós estamos tentando fazer aqui é humanizar o mundo do trabalho. Para que as pessoas saiam para trabalhar não achando que vão pro inferno, saia pra trabalhar achando que vão pra um lugar confortável, pra ter uma jornada normal e trabalhar com respeito", afirmou o petista.

A cerimônia ocorreu no Palácio do Planalto e contou com a presença do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e dos ministros Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), Miriam Belchior (Casa Civil), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência), além de deputados e senadores.

• Segundo dados do governo, 14,8 milhões de trabalhadores com jornada 6x1 serão impactados pelas medidas.

• Além de outros 21,7 milhões que estão na escala 5x2, mas terão redução de jornada de 44 para 40 horas em 2027.

De acordo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, as novas regras preveem dois dias de descanso por semana, mas haverá a possibilidade de que algumas empresas (que não consigam garantir essa norma) concedam oito folgas por mês.

Ele explicou que acordos e convenções coletivas serão preservados em quase sua totalidade, com exceção das cláusulas incompatíveis com as novas regras.

Ao mesmo tempo, os regimes especiais de trabalho também serão mantidos, como hospitais e vigilância, que têm regimes de 12 por 36 horas, que terão de observar os novos limites de jornada (8 folgas por mês).

Setores com turnos ininterruptos, como transportes, aviação, trabalho marítimo e setor petrolífero terão regras complementares, explicou o ministro.

Horas extras mais caras

As horas extras ficarão mais caras com a redução da jornada de trabalho prevista na nova escala.

Pela regra atual, o valor da hora trabalhada é calculado dividindo-se o salário mensal por 220 horas, que correspondem à jornada de 44 horas semanais.

Hoje, o salário é dividido por 220 horas mensais. Com a jornada de 42 horas por semana, a partir de 16 de dezembro, o divisor passará a ser 210 horas mensais.

Em dezembro de 2027, quando a jornada cair para 40 horas semanais, o divisor será de 200

ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI

Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia

WhatsApp (62) 99132-0400

aparecidanoticias.com.br/anuncie

Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px

Mídia Kit e contato

horas mensais.

Como o salário passa a ser dividido por um número menor de horas, o valor de cada hora trabalhada aumenta. Com isso, as horas extras, calculadas sobre esse valor, também ficam mais caras.

“É uma mudança importante para o cálculo das horas extras e outros direitos trabalhistas. Dizem que vai impactar, mas é só não chamar hora extra, contratar mais empregados”, disse o ministro Luiz Marinho.

Entenda o cálculo

O divisor é o número utilizado para transformar o salário mensal em valor por hora trabalhada. Para chegar ao resultado, basta dividir o salário mensal pelo divisor correspondente à jornada semanal.

Com a redução da jornada, o decreto estabelece novos divisores:

• Jornada de 42 horas semanais: o divisor será 210. Um trabalhador que recebe R$ 3.000 por mês terá o salário-hora calculado em R$ 14,28 (R$ 3.000 ÷ 210).

• Jornada de 40 horas semanais: o divisor será 200. Com o mesmo salário de R$ 3.000, o valor da hora passa a ser R$ 15 (R$ 3.000 ÷ 200).

Na prática, isso significa que, mantido o mesmo salário mensal, a redução do divisor aumenta o valor de cada hora trabalhada. O cálculo também serve de referência para o pagamento de horas extras.

O decreto determina ainda que seja mantido o divisor menor quando ele já estiver previsto em lei, acordo ou convenção coletiva ou decorrer de uma jornada contratual inferior. Deve prevalecer, em qualquer hipótese, o cálculo mais favorável ao trabalhador.

Julgamento no STF

Na semana passada, o ministro Luiz Fux pediu destaque no julgamento sobre a transição da escala 6x1 para a 5x2 e levou o processo para o plenário físico do Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda não há data para a retomada do caso, já que o presidente da Corte, ministro Edson Fachin, precisará colocar a ação em pauta.

Enquanto o plenário do STF não toma uma decisão, a liminar de Flávio Dino permanece válida.

Nela, o ministro mantém para 16 de dezembro o início da escala 5x2 e permite que, durante a primeira etapa da transição, a jornada de 42 horas semanais seja distribuída em cinco dias.

• Nesses cinco dias, os expedientes serão de até 8 horas e 24 minutos por dia, sem pagamento de adicional de hora extra pelos 24 minutos que ultrapassam as oito horas.

• A regra vale mesmo se não houver acordo ou convenção coletiva até 15 de dezembro.

PEC foi promulgada no Congresso

A PEC que propôs o fim da jornada 6x1 foi promulgada no dia 16 de outubro em cerimônia no Congresso Nacional com a presença de Lula e dos presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre.

A jornada de trabalho de 5x2 foi uma das promessas de campanha à reeleição do presidente Lula, que já estava trabalhando no segundo turno, no dia da promulgação e da aprovação, no 14 de outubro, no Senado.

O texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado ainda em 6 de setembro e ficou “na gaveta” do presidente da Casa até 14 de outubro.

Na Câmara dos Deputados, o rito foi mais rápido: a PEC foi aprovada na CCJ da Casa no dia 22 de abril e no plenário no dia 27 de maio. A tramitação rápida contou com o apoio do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), que marcou sessões extras na Casa para vencer o prazo para apresentação de emendas na comissão.

Via G1

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

GERAL

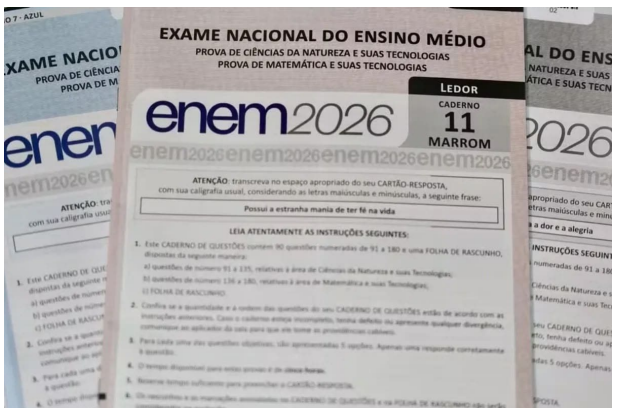
GABARITO ENEM 2026

Gabarito do Enem 2026 será divulgado nesta quarta-feira (18) pelo Inep

Já as notas individuais, estão previstas para serem divulgadas no dia 18 de janeiro de 2027, pela Página do Participante.

Por Ludmilla Ruffo · 18/11/2026 · aparecidanoticias.com.br

O gabarito oficial do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 será divulgado nesta quarta-feira, (18/11), e poderá ser conferido diretamente pelo portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na seção de provas e gabaritos. A publicação nesta data representa uma antecipação no cronograma original, já que a previsão era liberar as respostas oficiais apenas no dia 30 de novembro, dez dias úteis após o encerramento do exame.



ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI
Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia
WhatsApp (62) 99132-0400
aparecidanoticias.com.br/anuncie
Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px
Mídia Kit e contato

Já as notas individuais, estão previstas para serem divulgadas no dia 18 de janeiro de 2027, pela Página do Participante. Vale lembrar que a pontuação final do Enem não depende apenas do número de acertos no gabarito, pois o exame utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI), metodologia que permite avaliar a coerência das respostas e o nível de dificuldade de cada questão, além da nota da redação.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a realização do segundo dia de exame, com provas de Matemática e Ciências da Natureza, ocorreu sem intercorrências graves, porém, o percentual de ausentes superou o de 2025, com 36%. Conforme informações do MEC, esse percentual era esperado em razão do aumento do número de inscrições, que saltou de 4,8 milhões em 2025 para 5 milhões de candidatos confirmados em 2026.

Pedido de reaplicação

Os participantes que não puderam comparecer aos dois dias de exame, seja por problemas de logística ou de saúde, como especificado no edital, terão o direito de solicitar a reaplicação das provas.

Os pedidos devem ser feitos entre os dias 16 e 20 de novembro, exclusivamente pela Página do Participante, mediante o envio da documentação comprobatória exigida pelo Inep. Caso a solicitação seja aprovada, o candidato fará as provas nas datas de reaplicação, marcadas para os dias 15 e 16 de dezembro de 2026.

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

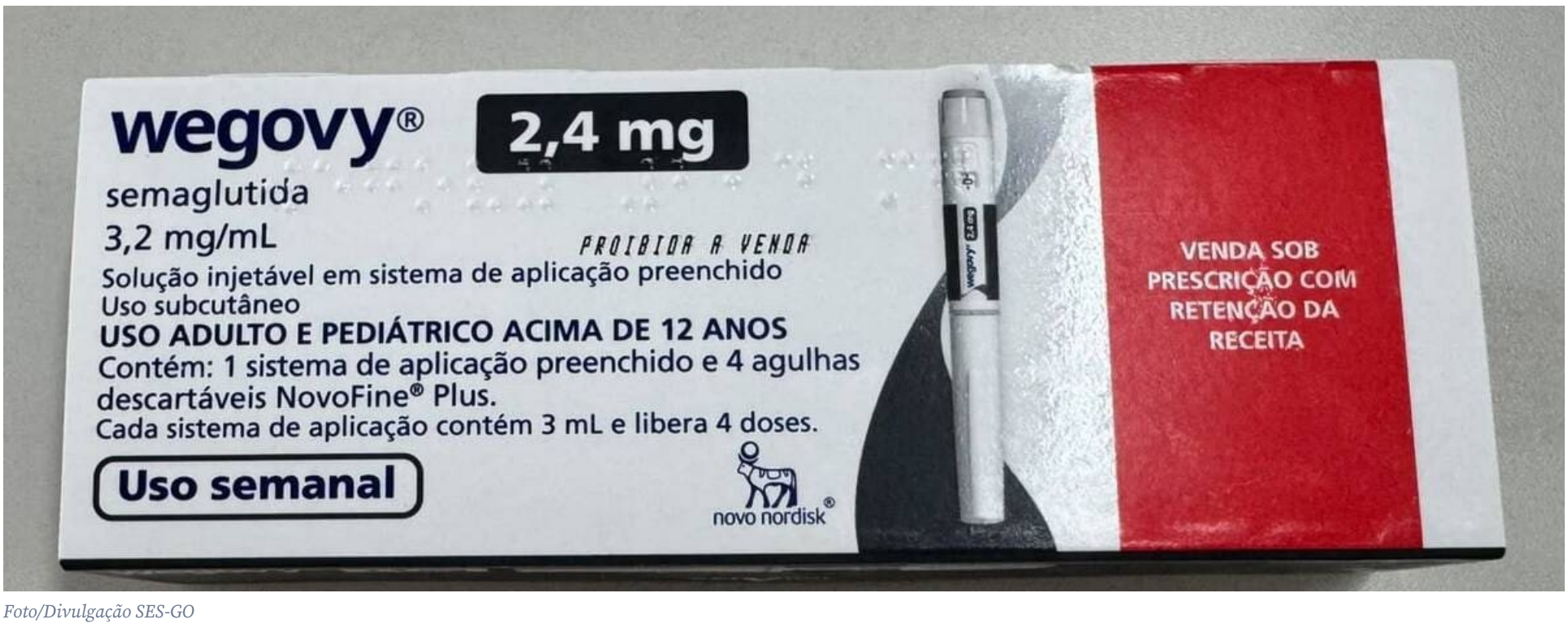
SAÚDE

CANETAS EMAGRECEDORAS

Goiás é pioneiro na oferta de canetas emagrecedoras pelo SUS a jovens com obesidade

A oferta é destinada a pacientes com idade entre 12 anos completos e 20 anos, 11 meses e 29 dias, residentes e domiciliados em Goiás, que atendam aos critérios estabelecidos no protocolo clínico estadual

Por Ludmilla Ruffo · 22/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Foto/Divulgação SES-GO

Goiás é o primeiro estado brasileiro a instituir o fornecimento de semaglutida — medicamento injetável utilizado no tratamento da obesidade — pela rede pública estadual de saúde voltada a adolescentes e jovens.

O protocolo clínico estadual foi publicado em março de 2026, antes mesmo de o Ministério da Saúde iniciar o processo de avaliação para possível incorporação da terapia ao Sistema Único de Saúde (SUS) em âmbito nacional. A iniciativa do Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), conta com investimento anual de aproximadamente R$ 11 milhões.

Oferta de canetas emagrecedoras pelo SUS

A oferta é destinada a pacientes com idade entre 12 anos completos e 20 anos, 11 meses e 29 dias, residentes e domiciliados em Goiás, que atendam aos critérios estabelecidos no protocolo clínico estadual. A dispensação é

ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI
Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia
WhatsApp (62) 99132-0400
aparecidanoticias.com.br/anuncie
Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px
Mídia Kit e contato

realizada pelo Centro Estadual de Medicação de Alto Custo Juarez Barbosa (Cemac JB) e por seis Policlínicas Estaduais, ampliando os pontos de acesso ao tratamento em diferentes regiões do estado.

A proposta prevê uma abordagem integral e individualizada, com acompanhamento médico e multiprofissional, orientação nutricional, incentivo à prática de atividades físicas e mudanças comportamentais. O objetivo é ampliar as possibilidades de cuidado e prevenir complicações relacionadas à doença.

Conforme a diretora-geral do Cemac JB, Viviane de Cássia Troncha Martins, a iniciativa representa um avanço na assistência aos adolescentes e jovens com obesidade em Goiás.

“A disponibilização da semaglutida representa mais do que a oferta de um medicamento. Significa ampliar as possibilidades de cuidado, prevenir complicações e melhorar a qualidade de vida dos adolescentes e jovens. É um investimento na saúde dessa geração, com foco na prevenção de doenças futuras e na promoção de hábitos saudáveis”, destaca.

Considerada uma doença crônica e multifatorial, a obesidade está associada a complicações como:

• diabetes tipo 2;

• hipertensão;

• alterações do colesterol;

• doenças cardiovasculares;

• problemas articulares;

• distúrbios do sono.

Na adolescência, também pode comprometer:

• a saúde emocional;,

• o desenvolvimento;

• a qualidade de vida;

• além de aumentar o risco de permanência da doença na vida adulta.

Critérios para acesso

Para receber a semaglutida pelo SUS estadual, o paciente precisa apresentar diagnóstico de obesidade ou obesidade grave, conforme os parâmetros de índice de massa corporal (IMC) estabelecidos no protocolo, e peso corporal mínimo de 60 quilos.

Também é necessário não apresentar contraindicação ou intolerância conhecida ao medicamento. A indicação depende de avaliação clínica individualizada e do cumprimento simultâneo dos critérios estabelecidos no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) Complementar para Obesidade em Crianças e Adolescentes de Goiás.

Retirada do medicamento

Os pacientes que atenderem aos critérios podem retirar o medicamento mensalmente, após consulta farmacêutica, no Cemac JB, em Goiânia, ou em uma das seis Policlínicas Estaduais, localizadas nos municípios de:

• Quirinópolis,

• Posse,

• Formosa,

• Goianésia, Goiás

• São Luís de Montes Belos.

O atendimento é realizado conforme a demanda de pacientes que preencherem os critérios clínicos e administrativos estabelecidos no protocolo estadual, sem limite mensal de pessoas atendidas.

Para solicitar o medicamento, o paciente ou responsável deve acessar o serviço de abertura de processo ou alteração e inclusão de medicamentos de alto custo, disponível no Portal Expresso Goiás: https://www.go.gov.br/servicos/servico/solicitar-abertura-de-processo-ou-alteracao-eou-inclusao-de-medicamentos-de-alto-custo–cemac-jb.

O protocolo completo, com os critérios de acesso e as orientações para o tratamento, está disponível no site da SES, pelo link: https://goias.gov.br/escoladesaude/pcdts-e-recome/.

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

POLICIAL

RÁPIDA RESPOSTA

Homem com antecedentes por homicídio e roubo é preso após furto em Aparecida

Durante a abordagem, ele confessou ter executado o ato criminoso acompanhado por um comparsa, já identificado.

Por Ludmilla Ruffo · 19/11/2026 · aparecidanoticias.com.br



Ver esse post no Instagram Um post compartilhado por Aparecida Notícias (@aparecidanoticias)

Fim da matéria

Confira no site
Aponte a câmera e abra a matéria com fotos e vídeos.

ESPAÇO PUBLICITÁRIO

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

ANUNCIE AQUI

Sua marca no jornal do dia de Aparecida de Goiânia

WhatsApp (62) 99132-0400

aparecidanoticias.com.br/anuncie

Formato Página interna: 25,4 × 7,1 cm · arte 3000 × 833 px

Mídia Kit e contato

ANUNCIE NO APARECIDA NOTÍCIAS

Sua marca para mais de 980 mil leitores

980 mil
leitores por mês

2,8 milhões
páginas vistas por mês

89 mil
seguidores no Instagram

Mídia Kit e contato

Banners no site · Patrocínio do jornal do dia · Web Stories · Artes no Instagram · Publicidade Legal · Matéria patrocinada

WhatsApp comercial: (62) 99132-0400 · aparecidanoticiasoficial@gmail.com · aparecidanoticias.com.br/anuncie

ANÚNCIO

viraclick TRADING DESK

Sua prefeitura faz.

A cidade inteira fica sabendo.

Tráfego pago para transformar ações da gestão em informação que chega à população.

- Vacinação e saúde
- Obras e melhorias nos bairros
- Educação e matrículas
- Programas sociais e benefícios
- Eventos e serviços



Sua gestão tem o que mostrar.
Nós sabemos como fazer chegar.

Fale com a Vira Click
(62) 99395-9582

Aponte a câmera